



"Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável tornam a prática extensionista inter e multidisciplinar"

Entrevista com

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

A professora Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem é Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e coordenadora do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da região Norte. É doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem experiência em pesquisa e extensão com comunidades tradicionais, atuando principalmente nos seguintes temas: saberes, decolonialidade, etnia/raça, educação intercultural, violência.

Maria Santana fala à Caminho Aberto sobre a importância de alinhar os projetos de extensão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são um conjunto de 17 metas globais que foram estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Essas metas envolvem temas como pobreza, fome, saúde, educação, meio ambiente, aquecimento global, igualdade de gênero, água e saneamento. O propósito é que essas metas, divididas em 169 indicadores, sejam atingidas até 2030. A professora Maria Santana fala como tem incentivado que a Universidade englobe essas metas em seus projetos, contribuindo para o alcance dos ODS.

Caminho Aberto: O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é signatário do Movimento ODS Santa Catarina e tem incentivado que projetos na instituição estejam vinculados às metas globais. Como a instituição em que a senhora trabalha tem abordado a questão dos ODS?

Maria Santana: No Tocantins, ainda é muito tímido esse trabalho com os ODS propriamente ditos. Aqui na UFT, que é uma das universidades mais antigas do estado, temos um professor que trabalha desde 2014 com os ODS pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU. O IBDU inclusive protagoniza o trabalho dos ODS Brasil aqui no Tocantins. E, na Extensão, começamos a lançar editais com os ODS, desde 2018, para que os professores pudessem submeter propostas que fizessem referência aos ODS. No ano passado, começamos a fazer um trabalho mais firme aqui, a partir de um programa maior chamado UFT Social. É um programa de acesso, digamos assim, que é a universidade sem muros. E, de certa maneira, começamos a trabalhar com os municípios, prefeitos e secretários municipais, fazendo essa articulação com a comunidade externa, porque a extensão tem essa característica, muito bacana. E gosto disso, de fazer essa rede, essa ponte, esse relacionamento. Eu gosto bastante do diálogo com as pessoas extramuros da universidade. E aí, depois que a gente fez todo esse trabalho, percebemos a necessidade, a partir da Extensão, de lançar um desafio para construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Dentro do PDI, cada setor tem os ODS envolvidos. Por exemplo, na Extensão, nós vamos trabalhar com seis ou sete ODS. E nós estamos trabalhando com programas e projetos integradores. Por exemplo, um desafio que eu vou liderar é o reconhecimento social. Nesse desafio de reconhecimento social, eu tenho um grande programa integrador, que se chama UFT Sem Muros. Dentro deste programa UFT Sem Muros, estão as Pró-Reitorias de Pesquisa e Inovação, e de Graduação, porque estamos trabalhando o ensino, a pesquisa e a extensão articulados aos indicadores e metas dos ODS.

Caminho Aberto: Essa ideia do PDI é ótima, pois acaba envolvendo a instituição como um todo e não apenas uma pró-reitoria específica.

Maria Santana: Sim. É uma boa ideia, porque a gente não fica só. Não foi fácil trazer isso para dentro do PDI, porque inclusive até a missão da Universidade precisou ser modificada, para estar vinculada aos ODS. Como é que eu vou falar de Agenda 2030 se na missão da Universidade isso não é refletido? Então a gente fez um PDI discutido, trabalhado com as instituições externas (movimentos sociais, empresas, IPHAM, a questão do patrimônio material e imaterial, as comunidades tradicionais...). A gente tentou fazer esse diálogo com todos eles. A constituição da nossa Política de Extensão também foi feita assim com mesas redondas, seminários, consulta pública, para que pudessem fazer interferência. Fizemos momentos de escuta sensível, em que escutamos as pessoas a partir de temas. Por exemplo: Saúde. O que aquelas pessoas estão passando com relação à saúde? E depois a gente fez um relatório e identificou com o que a Universidade pode contribuir para esses anseios.

Caminho Aberto: Como a senhora observa as discussões em torno da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, na sua opinião, com qual contribuição a extensão universitária pode auxiliar na implantação desta importante agenda?

Maria Santana: Eu penso que todos podem contribuir com os ODS: a universidade e as instituições do primeiro setor, do segundo setor e do terceiro setor. Porque todos nós somos participantes e coparticipantes de um mundo melhor. É um compromisso mundial, mas é um compromisso também individualizado. Porque não adianta nada a gente pensar em Constituição, ter projetos, ter toda essa vontade com os projetos de extensão, se nós, individualmente, não mudarmos nossa rotina de vida. O impacto das instituições de ensino superior, do município, de todas as instituições, é justamente esse. Quando você fizer um projeto de extensão ou de pesquisa, precisa pensar que tem que ter um impacto na vida das pessoas. A própria extensão tem

como foco a transformação social. Eu trabalhava isso e pontuava para os professores que trabalham com extensão: como medir o impacto de uma ação de extensão? A gente precisa de bons indicadores. E indicadores que eu possa enxergar durante e depois da ação realizada. Para mudar a qualidade de vida, as experiências das pessoas, o dia a dia das pessoas, é preciso que os projetos de extensão e pesquisa causem realmente essa transformação. Então o papel da instituição com a agenda 2030 é de indução, de reconhecimento, de motivação também, porque a gente precisa motivar as pessoas. Mas ele é também de comprometimento individual e coletivo das pessoas. Então eu penso que, se nós formos trabalhar um compromisso como esse, sem ter o compromisso enquanto instituição, a gente tende a fracassar.

Caminho Aberto: Não adianta só querer que todo mundo faça e eu não faça. Quando a gente coloca essa questão dos projetos estarem ligados ao ODS, muitas vezes o coordenador, por questões burocráticas preenche o ODS ao qual o projeto poderia estar vinculado. Mas a gente percebe que o projeto que realmente faz diferença ligado ao ODS, é aquele em que o coordenador também está engajado com a questão. E como engajar as pessoas nisso?

Maria Santana: É a mobilização. Eu acho que é a questão da agenda, o compromisso. Então, por exemplo, eu tenho um objetivo a perseguir. Como que eu posso chegar lá? Mobilizando. Você mobiliza forças internas e externas, você mobiliza pessoas, você mobiliza o ambiente, você organiza o ambiente para aquilo. Porque o ambiente, de certa maneira, somos nós. Eu também estou junto com essa questão da sustentabilidade, eu faço parte disso. Porque às vezes as pessoas falam: “Mas o mundo está assim mesmo...” Não! O mundo está assim mesmo porque EU estou assim. Então sou eu que sou a pessoa que de certa maneira estou causando... Eu causo individualmente coisas positivas e negativas nesse meio. Então precisamos mobilizar as pessoas para entender, porque tem muita gente que acha que os ODS são um programa de algum governo, partidário. E isso não é verdade. Se a gente começar a pensar que qualquer tipo de ação que a gente faça tem que estar ligado algum partido político, vai chegar um momento em que nós não viveremos. Claro que a política está imbricada em todos os espaços. Nós somos seres políticos. Mas política partidária... Não. Eu acho que a universidade não se presta a isso temos que fugir desta questão.

Caminho Aberto: Nesse momento, a senhora está na Pró-Reitoria de Extensão da sua Universidade. Como vocês estimulam a incorporação dos ODS na prática extensionista?

Maria Santana: Aqui na Universidade, como eu disse a você, a gente começou a trabalhar a partir de editais, porque o recurso financeiro da extensão é pequeno. É importante pensar que, para desenvolver qualquer ação na Universidade, tem que ter um aporte, seja de parceria, de convênios... Começamos a fazer o lançamento de editais, solicitando que, além de mencionar a ligação com os ODS, os professores refletissem sobre isso no próprio texto. Por exemplo para que nós não tivéssemos um trabalho geral demais, começamos a pensar em municípios com baixo IDH. Então lançamos o primeiro edital, para que os professores pudessem trabalhar com municípios com baixo IDH, com até 10 mil habitantes, e focando em ações reais. O que nós queríamos dizer com isso? Ações que tivessem começo, meio e fim. Que não fossem ações estanques, ou seja, vai lá, faz uma palestra e volta. Ações que fossem duradouras, que pudessem ter realmente um processo de pensar, de refletir e depois executar esse trabalho. Então que fossem programas e projetos. A gente trabalha sempre nessa lógica de projetos e programas, um trabalho mais duradouro. É claro, se eu for dizer para você: todos os resultados que eu gostaria de ter tido de 2017 para cá eu consegui? Ainda não, porque é uma questão cultural. Muitos professores trabalhavam já pensando nos ODS, desde antes de a gente lançar os editais, mas não com a visão de medir indicadores. É preciso de um indicador para você medir se realmente teve um aproveitamento de tudo que aplicou. Porque não adianta você ir para o município, fazer a ação, e não medir aquilo. Então nós começamos também com a orientação aos professores extensionistas de como avaliar um programa e um projeto. Elaboramos uma ficha de avaliação, em que eles vão, durante o processo, acompanhando e monitorando os resultados do projeto. E estamos agora desenvolvendo uma avaliação pós projeto. As pessoas que participaram da ação de extensão vão falar sobre o que elas conseguiram com relação àquele projeto. Uma das coisas que estamos perseguindo, a partir do Fórum Nacional de Extensão, são os indicadores de avaliação da extensão. Isso é primordial. O monitoramento, o acompanhamento e a avaliação, que são três etapas chave dos projetos. E, claro, ter um bom sistema para colocar esses dados. A grande dificuldade de medir os ODS hoje, está nos indicadores. Por dois motivos: não dá para desagregar os dados, porque muitas vezes eles são gerais. Vamos pensar aqui um projeto vinculado ao ODS igualdade de gênero. Se você pegar, por exemplo, a equidade de gênero, no Tocantins, ela não está desagregada por cidade. O sistema de coleta não tem recursos financeiros para fazer isso. Ainda é muito caro. A gente precisa pensar que, ao pegar aquele ODS macro, você precisa desagregar, você precisa inclusive criar micro indicadores para, de fato, conseguir saber se aquele projeto de extensão tem um impacto ou não. Porque, se não, você vai só fazer a ação, e vai continuar fazendo, porque você não está medindo. Esse é um dos fatores importantes que nós estamos tentando aqui trabalhar. Não só fazer a ação, mas também avaliar, monitorar e acompanhar com indicadores claros e auditáveis.

Caminho Aberto: A senhora poderia contar um pouco da sua experiência com projetos de extensão? A senhora é Pró-Reitora de Extensão. Gostaria de saber que tipo de projetos a senhora desenvolve, há quantos anos desenvolve práticas extensionistas, se sempre vincula os seus projetos aos ODS e como funciona essa dinâmica da professora Maria Santana?

Maria Santana: Eu comecei aqui na UFT, num câmpus do interior, chamado Câmpus de Arraias, próximo a Brasília. Comecei lá em 2011. Quando eu concluí o mestrado, fiz o concurso e fui para lá. No mestrado, a minha discussão foi com relação a gênero e também comunidades tradicionais. Eu trabalhei violência simbólica contra a mulher indígena aqui em Xerente, próximo à capital. E, quando eu entrei na universidade, praticamente eu fui direto para a Extensão. No meu mestrado, eu fui bolsista CAPES. Esse meu projeto foi selecionado pela Secretaria de Mulheres para uma bolsa e para um recurso financeiro com o qual eu podia fazer o trabalho na comunidade e também ser bolsista. Foi o único da região Nordeste contemplado pela Secretaria de Política das Mulheres e pela CAPES. Era um programa conjunto. E eu sempre gostei da visão extensionista. Gostava de pesquisa, sempre fui encantada por pesquisa, mas a extensão me motiva muito. Porque na extensão tem a pesquisa também. Esse contato com as pessoas, esse contato com o outro, me traz uma alegria muito grande. Eu sou uma pessoa do povo, gosto de falar com as pessoas, de falar o que eu sinto, de dar orientação. E, desde muito pequena, eu sempre fui ligada a essas questões. E aí, quando cheguei lá, comecei com esse projeto. Ele foi contemplado com recurso financeiro para fazer capacitação com professores da região Sudeste do Tocantins. Nós capacitamos professores da rede municipal de três municípios, trabalhando gênero e sexualidade. A gente fez um trabalho bacana, tem artigos, livros. E, em seguida, eu comecei a fazer um trabalho na capital, indo e vindo, com os professores da rede municipal de Palmas, também com extensão. Nós começamos com um projeto com 280 professores, e fizemos uma parceria com professores da FURG e eu aqui na UFT. E a gente fez uma capacitação belíssima de 80 horas. Na época, eu não trabalhei com a visão dos ODM nem ODS, porque na universidade nem eram discutidos. Eu via, eu lia sobre as questões, mas não me chamava atenção porque não eram trabalhados. Em 2016, eu fui convidada para vir para Pró-Reitoria de Extensão. Chegando aqui, eu já fazia doutorado na UnB e o meu doutorado foi com os saberes tradicionais, a relação entre o saber e conhecimento dos alunos indígenas da universidade. Nós temos aqui um trabalho grande com políticas de ações afirmativas e começamos a investir nisso. E foi quando eu comecei a ler, a entender um pouco mais a questão dos ODS. Tinha um professor que sempre falava do ODS Brasil, e alegava que não tinha apoio da universidade... E eu sempre dando esse apoio para ele, mas não trazendo para cá, para a Pró-reitoria de Extensão. Foi quando, em 2017, eu percebi que trabalhávamos com praticamente todos os ODS aqui na Pró-Reitoria de Extensão. A gente já trabalha com essas questões e é um acordo Mundial, então pensei: por que não investir nessa questão? Agendas são sempre muito boas. E eu, no estado, quando trabalhei, já tinha trabalhado na agenda para o ensino médio, a agenda sustentabilidade que os Estados implementaram, em que os jovens construíram hortas. Eu falei: bom, vamos começar aqui, na universidade. E foi quando a gente começou a lançar os editais. Além dos editais e programas de que falei, eu estou com um programa de extensão financiado pelo Ministério da Mulher, chamado Qualifica Mulher. Nós estamos capacitando 1200 mulheres e eu sou a coordenadora do programa. Trabalhamos com qualificação para geração de renda. Estamos em várias cidades aqui do Tocantins. Hoje, como o professor extensionista, eu estou neste projeto, além de estar em outros projetos como coautora. A minha discussão são as minorias, mas também as mulheres, emprego e renda, tecnologia social. A gente lançou também o edital aqui, que a gente também vinculou aos ODS, o edital de extensão tecnológica e tecnologia social. Foi um edital de 6 meses, no qual os professores teriam que ter produtos vinculados aos ODS. Fizemos um lançamento, queremos agora que eles publiquem o material. Nós fizemos um dia chamado Pitch Stop de Extensão, que era um pitch. O coordenador tinha cinco minutos para “vender” o seu projeto, falar do projeto e seus resultados. Nós convidamos as pessoas externas, as organizações, para participar. Foi muito bacana. Fizemos uma banca para avaliar os resultados dos projetos. A minha prática com relação a extensão é essa.

Caminho Aberto: Muito inspirador. A senhora considera que a incorporação da agenda ODS pode ajudar a extensão universitária a qualificar sua atuação junto aos movimentos sociais organizados e às populações historicamente marginalizadas?

Maria Santana: Com certeza. Todos os ODS. Na verdade, eles são interdisciplinares e transversais. Eles dialogam entre si, porque é necessário. E um dos princípios dos ODS e da extensão Universitária é ser interdisciplinar, as áreas dialogarem, os problemas se comunicarem e também a questão da transdisciplinaridade. Por exemplo, o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) é o mais inclusivo e o mais transdisciplinar possível. Por que o ODS 11 quer cidades sustentáveis. O que é viver bem? É morar bem, é comer bem, é você ter um emprego decente, é você ter uma equidade de gênero, é você ter uma boa educação, você estar dentro, de forma equânime, dos processos da sociedade. E as minorias, elas não conseguem chegar a estar na sociedade participando, não é porque ela não tem voz, é porque ela não tem

vez de chegar. A pessoa que está na periferia não tem condições de ter uma educação de qualidade, não tem condições de ter uma moradia decente (o que é uma moradia decente? É uma casa com uma cama para você dormir, uma comida para você se alimentar)... Se você não tem as necessidades básicas de um ser humano, você não tem nada. O que é necessidade básica? É alimentar-se, dormir e estudar. Essas são as necessidades básicas. Precisa começar a pensar nas pessoas. Porque se as pessoas estão bem, eu tenho certeza que o resto é consequência. Os políticos deveriam investir na extensão, porque ela que chega nas pessoas, ela é que muda as pessoas, é inclusiva.

Por Vanessa Oechsler, Doutora em Educação Matemática, Professora do Câmpus Gaspar do Instituto Federal de Santa Catarina, Coordenadora de Comunicação do Movimento ODS Santa Catarina - Comitê Blumenau.